

Queda no desmatamento da Amazônia evitou internações por doenças respiratórias, diz estudo

 apublica.org/nota/queda-no-desmatamento-da-amazonia-evitou-internacoes-por-doencas-respiratorias-diz-estudo

Guilherme Cavalcanti

A redução no desmatamento da Amazônia teria evitado hospitalizações e mortes causadas pela poluição do ar. A diminuição dos índices de desmatamento entre 2007 e 2017 levou a uma queda na quantidade de queimadas na floresta, que diminuiu a concentração atmosférica de material particulado. Com isso, teriam sido evitadas 18 mil hospitalizações ao ano nas cidades localizadas na borda do bioma. Também teriam sido evitadas 680 mortes anuais em decorrência da exposição a poluentes dos incêndios.

As conclusões são de um estudo publicado nesta sexta-feira, 15 de novembro, no periódico *Communications Earth & Environment*, da revista científica Nature, ao qual a **Agência Pública** teve acesso com exclusividade. O trabalho foi elaborado por pesquisadores da Universidade de Bonn, na Alemanha, e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A área delimitada para a análise foi a zona de transição entre o Cerrado e a Amazônia, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Mato Grosso e Rondônia. Foram considerados os municípios localizados a uma distância igual ou inferior a 100 quilômetros da fronteira entre os biomas. Segundo o Censo de 2010, a população estimada na região do estudo era de 4,12 milhões de pessoas.

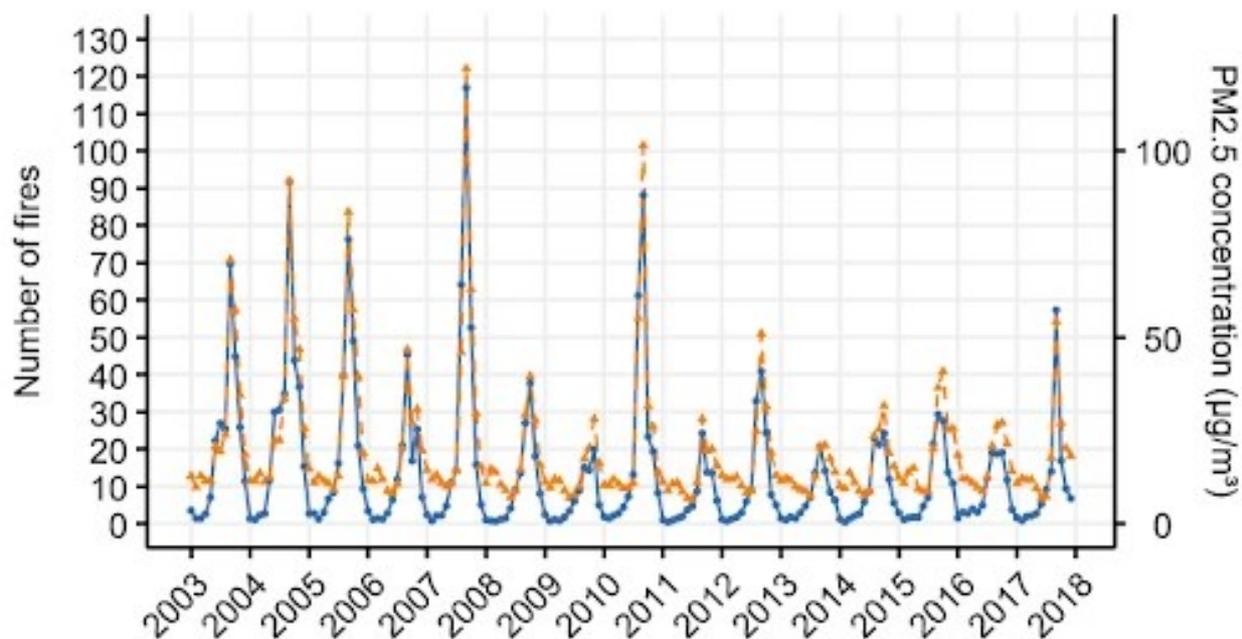
Os pesquisadores cruzaram diversos dados, como número de focos de queimadas contabilizados pelo Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indicadores de poluição do ar do Sistema de Informações Ambientais Integrado a Saúde (Sisam) e a quantidade de internações e mortalidade por doenças registradas no DataSUS, plataforma do Sistema Único de Saúde.

A maior intensidade das queimadas está diretamente ligada ao maior espalhamento de fumaça a longas distâncias do local de origem do fogo, que pode atingir os centros urbanos e afetar a saúde humana.

De 2007 a 2017, a redução do desmatamento da Amazônia levou a uma queda de 19,2% na quantidade de focos de fogo registrados na floresta, segundo os autores. A concentração atmosférica de monóxido de carbono (CO), dióxido de nitrogênio (NO₂) e dióxido de enxofre (SO₂), todos relacionados a doenças respiratórias e emitidos pela queimadas, também baixou – reduções de 4,9%, 7% e 6%, respectivamente. Já a concentração na atmosfera de partículas inaláveis finas (PM 2.5) caiu 6,6%.

A pesquisa focou principalmente na relação entre os níveis de desmatamento e a concentração atmosférica de material particulado do tipo PM 2.5. Por serem muito pequenas, essas partículas penetram no interior dos pulmões e podem alcançar a corrente sanguínea, aumentando as chances de doenças respiratórias e circulatórias,

além de câncer de pulmão e mortalidade por múltiplas causas. O estudo apontou que os picos de incêndios florestais coincidem com o aumento da concentração do material particulado na atmosfera.



Em azul, os picos de focos de incêndio, e em laranja, a concentração de PM 2.5 na atmosfera

Nas cidades que fazem parte da Amazônia e estão localizadas a no máximo 100 quilômetros de distância da fronteira do bioma, a porcentagem de dias ao ano em que a concentração de PM 2.5 ultrapassou o limite definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) caiu de 35% para 28%. Nessas localidades, as hospitalizações por doenças respiratórias baixaram de 11,87 por mil habitantes entre 2003 e 2006 para 9,37 internações por mil habitantes de 2007 a 2017.

Já nos municípios que estão próximos à borda da floresta, mas não integram legalmente o bioma, a concentração de PM 2.5 foi superior ao limite da OMS em 37% dos dias do ano entre 2003 e 2006, e depois passou a ser de 31% entre 2007 a 2017. As internações por doenças respiratórias passaram de 10,12 por mil habitantes de 2003 a 2006 para 7,85 de 2007 a 2017.

A queda no desmatamento da Amazônia se acentuou a partir de 2004, ano da implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Apesar disso, o marco de tempo definido pelos autores do estudo foi 2007, o primeiro ano completo de vigência da Moratória da Soja, compromisso firmado pelo setor privado de não comercialização da soja produzida em terras desmatadas a partir de 2006.

“A conservação dos ambientes naturais é muito importante para a saúde pública e o desmatamento da Amazônia tem um custo que excede, e muito, os benefícios adquiridos pelos proprietários rurais que desmatam a floresta”, afirma Britaldo Soares Filho, pesquisador do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG e um dos autores do estudo.

Segundo os cálculos do estudo, considerando somente a área analisada, as internações provocadas pela fumaça das queimadas ligadas ao desmatamento custaram em média US\$ 5,7 milhões por ano, de acordo com a cotação do dólar em 2010.

A pesquisa divulgada hoje é uma das primeiras a quantificar os impactos do desmatamento à saúde humana e pode abrir caminhos para novas análises. De acordo com o pesquisador, o impacto econômico dos níveis de queimadas e poluição do ar em cidades amazônicas visto em 2024 é “monumental” e certamente será objeto de análises futuras.

“Da mesma forma que a redução do desmatamento reduziu as doenças respiratórias [entre 2007 e 2017], o aumento do desmatamento e das queimadas atua de modo contrário. Durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, tivemos um encorajamento oficial do desmatamento ilegal e das queimadas. O Brasil ainda está buscando resgatar o impacto das políticas públicas de conservação da Amazônia que foram desmanteladas na gestão federal passada”, diz.